



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Prioridade à pauta municipalista

A Marcha a Brasília pela Reconstrução dos Municípios do Rio Grande do Sul, promovida pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), em parceria com a Federação dos Municípios do RS (Famurs), movimentou o mundo político, em Brasília, esta semana. Deputados estaduais, federais, senadores, lideranças do governo, e equipe econômica garantiram o apoio à pauta municipalista, com foco na reconstrução do Rio Grande do Sul.

Leitura da verdade

O deputado federal gaúcho Pompeo de Mattos (PDT, foto), relator da Comissão de Defesa Contra as Enchentes no Rio Grande do Sul, disse ao Repórter Brasília “que a pressão dos prefeitos é legítima”. Ele afirmou que “o que é preciso é fazer a leitura da verdade sobre todo esse episódio, porque tem uns que dizem: ‘os prefeitos não receberam nada’; o que não é verdade, e outros dizem que ‘os prefeitos receberam tudo’, o que também não é verdade”.



ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS/IC

Reclamar do atrasado

O parlamentar apontou que “não são todos os municípios que ainda estão reclamando, mas faltam muitas famílias que estão na lista e não receberam dinheiro, mas grande parte já recebeu. Tem que reconhecer que houve o pagamento, mas reclamar daquilo que está demorando, atrasado, esperando”, sugeriu.

Não é dinheiro livre

“Foi pago o FGTS. Se foi recebido, não sei, mas foi pago. Os dois meses de socorro para quem está desempregado, está sendo pago. Os R\$100 mil, R\$ 200 mil para uns, R\$ 300 mil para outros, R\$ 500 mil para outros; um socorro para limpeza, os municípios receberam. Tem gente que não pegou porque não era um dinheiro livre, era um dinheiro para comprar mantimento, colchões e limpeza”, salientou Pompeo de Mattos.

Gastar como quiser

“O dinheiro da cesta básica tem que ser um dinheiro livre, R\$ 200 mil para cada município, isso para todos os 475 municípios. São poucos os que estão fora. Tem que receber esse dinheiro livre, para gastar no que quiser, numa ponte, num bueiro, a prioridade, claro, é comida”, enfatizou o deputado.

Importante, mas perigoso

Outro ponto abordado pelo deputado Pompeo de Mattos foi o aluguel social, que é importante, mas é muito perigoso. “A pessoa pega o aluguel social, e quando ela parar de recebê-lo? É difícil depois de dar, tirar o aluguel social é complicado”.

Compensação semelhante à pandemia

O parlamentar lembra que, “na pandemia, houve uma compensação. Tinha que ter uma compensação semelhante, inclusive o projeto é meu. Nós temos ali uma boa briga. O projeto está tramitando e está na pauta para votação”.

Anistia aos agricultores

Outro projeto citado por Pompeo de Mattos, que é do (deputado federal gaúcho) Luciano Zucco (PL) e meu, os dois estão emendados um no outro, mas foram aprovados juntos, para anistiar os agricultores do custeio deste ano. “O projeto prevê que o pagamento seja suspenso por dois anos. O projeto é bom, foi aprovado, agora depende do Senado, mas isso quem tem que resolver é o governo, que deveria emitir uma medida provisória e fazer um pacote para a agricultura”.

Haddad diz que acordo sobre dívida sai em julho

Ministro busca equação que não impacte as contas primárias da União

/ CONTAS PÚBLICAS

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT) disse ontem que ainda há pendências nas negociações da dívida com os estados, mas que espera concluí-las até o fim de julho. A declaração foi dada durante reunião do Conselho da Federação, no Palácio do Planalto, na presença de governadores, prefeitos e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Haddad mencionou quatro possíveis saídas sugeridas pela Fazenda, mas disse que os temas estão em aberto e evitou entrar em detalhes sobre as negociações.

“Não queremos anunciar aqui, porque ainda há pendências, que as negociações vão superar, e (Rodrigo) Pacheco, presidente do Congresso, do Senado, está nos ajudando a equacionar pendências para que projeto de lei complementar de repactuação possa ser apresentado e aprovado ainda antes do recesso de julho”, disse Haddad no evento.

O ministro mencionou ainda preocupação para que a renegociação

não tivesse impacto nas contas primárias da União. Para isso, disse que há ideia para criar mecanismo de redução da taxa de juros mediante quatro condições já anunciadas pelo titular da pasta e mencionadas, novamente, no evento.

São elas: a busca pela equidade com cessão de benefícios para todas as unidades da federação; concessão de descontos sobre juros da dívida; criação de fundo de equalização temporário composto por parte dos recursos economizados do pagamento do serviço da dívida e distribuídos a partir de parâmetros que visem reduzir desigualdades regionais; e contrapartida dos estados para manutenção dos descontos para a dívida e acesso ao fundo.

“Espero até o final do mês concluir negociação e dar essa boa notícia aos entes”, disse ainda Haddad.

O senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) tem ajudado o governo na negociação da dívida com os estados, sobretudo porque Minas Gerais seria um dos principais be-

neficiários. Pacheco já disse que quer concluir a votação da proposta antes do recesso parlamentar, também neste mês.

De acordo com cálculos do governo, a dívida dos estados com a União é de R\$ 749 bilhões. São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais devem, juntos, R\$ 660 bilhões - o equivalente a 90% do total.

Hoje, os governos estaduais arcam com um encargo equivalente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais uma taxa real de 4% ao ano.

Pelo programa, a taxa real pode cair a 3% ao ano, desde que o estado aplique ao menos 50% da economia obtida na ampliação das vagas de ensino médio técnico. Se o ente federado se comprometer a destinar um percentual maior do ganho (75%), o juro real cairia a 2,5% ao ano. Caso haja disposição em direcionar 100% da economia observada para o ensino médio técnico, a taxa real seria ainda menor, de 2% ao ano.

Reposição salarial de vereadores gera polêmica

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Ana Carolina Stobbe
ana.stobbe@jcrs.com.br

A reposição salarial dos vereadores e funcionários da Câmara de Porto Alegre foi criticada por parlamentares vinculados ao PSOL. Os pagamentos foram reajustados de acordo com a inflação, com um índice de 3,69%. Os novos valores serão retroativos ao mês de maio.

“A Mesa Diretora deve rever sua posição e voltar atrás nessa decisão de repor os salários dos vereadores. Os servidores que merecem, assim como merecem os trabalhadores municipais”, reclamou o líder da oposição, vereador Roberto Robaina (PSOL). Em vídeo encaminhado à imprensa, ele ponderou que os servidores municipais não tiveram reposição inflacionária este ano e que as negociações com o prefeito Sebastião Melo (MDB) pararam devido à calamidade das cheias.

Do mesmo partido, o deputado estadual Matheus Gomes (PSOL) criticou em duas publicações realizadas nas redes sociais a decisão. “É um tapa na cara de quem perdeu

tudo nas enchentes. Na publicação, ele defende que as verbas públicas deveriam ser destinadas à reconstrução da cidade após as enchentes e “não para o bolso de políticos que já ganham muito bem”.

Outros partidos de oposição, no entanto, divergem. O vereador Adeli Sell (PT), por exemplo, foi recém-eleito para a Mesa Diretora da Câmara e assinou o documento que concede a reposição salarial inflacionária.

O presidente da casa, Mauro Pinheiro (PP), reitera que a reposição não significa um aumento real do salário, apenas a correção em relação à inflação. “Foi reivindicada pelo sindicato da casa, teve o acordo de todos da mesa (diretora). É a coi-

sa mais natural que tem a reposição pela inflação. Tem todos os anos.” De acordo com ele, parlamentares e funcionários do Legislativo também foram afetados pela enchente, tornando a medida necessária.

Com a reposição, o salário bruto dos vereadores subirá de R\$ 17,4 mil para R\$ 18 mil. Já o presidente da casa, que possui um adicional, passará de R\$ 21,7 mil para R\$ 22,5 mil.

A partir de 2025, no entanto, os salários dos parlamentares, de secretários municipais e do próprio prefeito e vice serão aumentados para além da inflação. O reajuste não era votado há três legislaturas e foi aprovado em sessão plenária em julho de 2023.

Atualização dos valores

Cargo	Salário atual	Salário a partir de 2025	Percentual de aumento
Prefeito	R\$ 21.435	R\$ 34.900	62,8%
Vice-prefeito	R\$ 14.290	R\$ 23.428	63,9%
Secretários	R\$ 14.290	R\$ 19.987	39,8%
Vereadores	R\$ 18.071*	R\$ 23.428	29,6%
Presidente da Câmara	R\$ 22.589*	R\$ 23.428**	3,7%

*valores reajustados pela inflação em 02/07/2024 **sem adicional